

Ambições latino-americanas⁽¹⁾

Joaquim Levy (2)

Nem sempre prestamos atenção no que nossos vizinhos estão fazendo. Mas é notável como, apesar da covid e dos altos e baixos da economia mundial, muitos deles olham para o futuro, enquanto lidam com contradições que emergiram do sucesso econômico dos últimos 30 anos.

Nada é mais indicativo da visão de futuro e da vontade de convívio internacional do que o trato lhanho das questões ambientais e climáticas. O Chile de Piñera, a Colômbia de Duque e mesmo o Peru de sucessivos presidentes foram, cada um ao seu modo, ambiciosos ao atualizarem em 2020 suas Contribuições Decididas a Nível Nacional (NDCs) para o Acordo de Paris. Esses países estão se preparando para a economia das emissões líquidas de carbono zero (ELZ) que vai dar o tom do crescimento do PIB nessa década. Suas estratégias para enfrentar o desafio climático são parte de um plano de desenvolvimento que procura ouvir e incluir toda a população.

Tanto em metas ambientais como em políticas específicas os países vizinhos podem nos inspirar

A atualização da Contribuição do Chile é coerente com o protagonismo do país na Coalizão dos Ministros de Finanças para a Ação pelo Clima, que hoje abriga mais de sessenta governos. Também reflete bem a harmonia entre os ministros do Meio Ambiente, Energia e Finanças na promoção das energias renováveis e do Hidrogênio Verde, que podem vir a dar ao país a desejada independência energética e criar receitas de exportação tão grandes quanto as do cobre, hoje em US\$ 30 bilhões por ano.

O país limitou suas emissões em 2030 a 95 milhões de toneladas de CO₂ (MtCO₂), projetando que suas emissões totais de CO₂ nos próximos dez anos corresponderão às de um ano apenas de desmatamento no Brasil. O país também reduzirá em 25% as emissões de carbono negro, um particulado prejudicial à saúde produzido pela combustão incompleta do diesel e outros combustíveis fósseis.

O Chile ampliou suas áreas protegidas, inclusive no mar, e irá reflorestar 0,2 milhões de hectares (Mha), além de aperfeiçoar a exploração das florestas do país, expandindo, por exemplo, os mosaicos que alternam áreas de monoculturas e plantas nativas. O posicionamento assertivo do governo dá, assim, projeção global a práticas saudáveis da indústria florestal chilena, algumas já comuns no setor florestal brasileiro, mas talvez sem todo o reconhecimento merecido.

A Contribuição da Colômbia contém grandes desafios, por conta do desmatamento na sua parte da Amazônia, que pulou para 0.2Mha/ano com o fim da guerrilha, e da dependência dos combustíveis fósseis. A produção de petróleo e carvão é importante fonte de divisas e receitas fiscais para a Colômbia, e os recursos eólicos e solares não são tão abundantes, indicando que os riscos de transição associados à mudança climática são significativos. Em face disso, o BID aposta na alternativa dos biocombustíveis, entre os quais contamos o óleo de dendê.

A Colômbia tem procurado expandir sua produção de dendê de forma sustentável e já exporta para o Brasil, onde a cultura dessa palmeira permanece atrofiada, apesar do potencial econômico e adequação ambiental do seu plantio nas terras degradadas do leste do Pará. O dendê rende até US\$ 3 mil/ha por ano, é grande empregador e base para combustíveis de aviação, setor que tem dificuldade em reduzir emissões. Apesar de eventuais dificuldades para sua implementação, a atualização da NDC colombiana foi bem recebida, ao prever uma redução de 51% das emissões de CO₂ até 2030, e de 40% das de carbono negro. A maior parte daquela redução (60MtCO₂) virá de cortar pela metade o desmatamento e regenerar 1 Mha de matas, com apoio dos moradores das florestas.

Ao atualizar sua Contribuição, o Peru avançou em dois aspectos. Primeiro, a redução incondicional das suas emissões passou de 20% para 30% em relação à projeção base. Segundo, ele fixou essa redução como um limite absoluto de emissões em MtCO₂ (3).

País relativamente pobre, o Peru se valeu da possibilidade de anunciar um limite de emissões incondicional de 209 MtCO₂ em 2030, e um limite condicionado a auxílios externos de apenas 179 MtCO₂. Ele mira o Artigo 6º do Acordo de Paris, inclusive no item que prevê que reduções em excesso ao valor incondicional podem ser “vendidas” a outros governos.

Essa possibilidade também foi esboçada na atualização da Colômbia. Ela permite o adiantamento de recursos para investir em reduções de emissões previamente combinadas, o que requer confiança entre governos. A Colômbia tem acumulado esse capital intangível com uma interlocução aberta com governos Europeus, inclusive nórdicos.

Em contraste com os três países, o México apresentou metas menos ambiciosas, em parte pela afinidade do seu atual presidente com a indústria petroléira nacional, não obstante a geração elétrica lá requerer cada vez mais a importação de gás natural. O pouco interesse na descarbonização surpreende, dado o sucesso do país com as energias renováveis, como a solar, cujos contratos de compra ajudaram a baixar os preços internacionais dessa fonte de energia.

Custos e ganhos de caminhar para uma economia ELZ variam, com grandes vantagens para o Chile, desafios importantes para a Colômbia e esforço ainda maior do Peru. Mas o compromisso assumido por cada país ajuda a enfrentar o que está vindo, ainda que, mesmo onde a adaptação é mencionada, pouco se fale do impacto do aquecimento global nas geleiras dos Andes, que pode ser arrasador, também para a Amazônia.

Tanto na ambição, quanto em políticas específicas, as ações dos nossos vizinhos de Continente podem nos inspirar. Podemos cortar nossas emissões pela metade se domarmos o desmatamento na Amazônia. E, apesar de nem falarmos de carbono negro no país, podemos melhorar o ar das nossas cidades, com, por exemplo, ônibus elétricos nas capitais, uma ação que se paga rapidamente se for bem planejada.

(1) Artigo publicado no Valor Econômico. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/ambicoes-latino-americanas.ghtml> Acesso em 25 de junho de 2021.

(2) Joaquim Levy foi ministro da Fazenda e diretor gerente do Banco Mundial; é diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra

(3) A Contribuição do Brasil em 2015 apresentava reduções percentuais em relação à base de 2005 no documento principal e limites em MtCO₂ em um anexo de referência; na atualização de 2020 a base subiu, mas a redução percentual foi mantida, em conflito com os valores MtCO₂

